

**À  
PREFEITURA DE ITABAIANA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABAIANA SERGIPE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 334/2025**

**IMPUGNAÇÃO - ITEM 99**

A empresa **MEDIFARR PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ: 07.540.203/0001-10, sediada na rua Evaristo de Antoni, 1150, Bairro São José, Caxias do Sul/ RS - CEP 95.041-000, neste ato representada por seu representante legal o Sr Henrique Klein Neto, inscrito no CPF nº 003.548.599-00, vem, respeitosamente, apresentar pedido de impugnação ao edital supramencionado, diante dos fatos expostos no decorrer deste documento.

**DOS FATOS**

ITEM 99 MESA CIRÚRGICA ELÉTRICA COM CONDIÇÕES INEXEQUÍVEIS

**DAS RAZÕES**

**- DAS CARACTERÍSTICAS:**

**PONTO 01 - DO PRAZO DE ENTREGA INEXEQUÍVEL**

Prezados, temos interesse em participar deste certame ofertando modelo de equipamento de alta qualidade, **para o ITEM 99 - Mesa Cirúrgica**, no entanto, **o prazo para entrega deste equipamento, de até 10 (dez) dias úteis, se torna inexecutável** para o fornecimento de um equipamento desta magnitude e complexidade. Reiteramos ainda que os editais padrões fornecem um **prazo de no mínimo 90 (noventa) dias** para entrega de equipamentos de grande porte, e ainda, para aqueles fabricados sob demanda, devido às especificidades e tecnologias envolvidas, as quais não permitem que as fabricantes os produzam em grande quantidade para estoque.

Portanto, cumpre alertar à administração que a exigência de fornecimento em **até 10 (dez) dias úteis**, contribui para o DIRECIONAMENTO indireto das fabricantes e



distribuidoras que estiverem localizadas próxima a região da unidade requisitante, devido que o prazo logístico para entrega destes materiais, será relativamente menor em relação às demais distribuidoras e fabricantes do equipamento que não estejam localizadas próximas à entidade, **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABAIANA- SE.**

**Vale ressaltar que somos fabricantes** de mesas cirúrgicas, e por tal motivo, temos amplo conhecimento de que no mercado não haverá empresas com disponibilidade de fornecimento em prazo tão exíguo, a não ser que compactuam com tal cláusula, a fim de apresentar posteriores pedidos de prorrogação do prazo de entrega a administração de licitação, confirmando ainda mais a inexequibilidade do prazo de entrega estipulado em edital.

Por este motivo, devemos alertar que este produto necessita de tecnologia dedicada, componentes eletrônicos específicos, além de mão de obra especializada para a sua fabricação. Além do mais, no que diz respeito a sua composição estrutural e tecnológica, é preciso enfatizar que os componentes eletrônicos apresentados neste equipamento são, em sua maioria, importados, impactando diretamente no prazo para o processo de fabricação e finalização do produto, **sobretudo com o momento que estamos vivenciando de em relação a Guerra entre Ucrânia e Rússia, que impacta o mundo inteiro, devido a Ucrânia ser conhecida por sua indústria de alta tecnologia, incluindo a produção de componentes eletrônicos.**

Estamos cientes de que não há dispositivo legal para que se estabeleça prazos mínimos ou máximos para a entrega dos equipamentos, entretanto, deve-se compreender que a administração requerente do objeto não poderá estar em desconformidade com as práticas de mercado em relação aos produtos, pois o **art. 40 da Nova Lei de Licitações**, em seu inciso I, estabelece que o planejamento de compras, deverá observar as condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, isto é, deve-se exigir prazo mínimo praticável entre as fabricantes do equipamento.

O Doutrinador em Direito Administrativo Dr. Hely Lopes Meirelles, preceitua que, "O DESCUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DESCARACTERIZA O INSTITUTO DA LICITAÇÃO E, PRINCIPALMENTE, O RESULTADO SELETIVO NA BUSCA DA MELHOR PROPOSTA PARA O PODER PÚBLICO".

Portanto, o objetivo da licitação é possibilitar a participação do maior número de licitantes de todo território nacional. O edital deve estabelecer um prazo razoável para a entrega dos equipamentos licitados como forma de ser respeitado o Princípio da Livre Concorrência.

Nesse sentido, é importante a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em Direito Administrativo, 29ª edição, Editora Forense, 2016, pág. 416:

“NO §1º, INCISO I, DO MESMO ARTIGO 3º, ESTÁ IMPLÍCITO OUTRO PRINCÍPIO DA LICITAÇÃO, QUE É O DA COMPETITIVIDADE DECORRENTE DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA:

É VEDADO AOS AGENTES PÚBLICOS ADMITIR, PREVER, INCLUIR OU TOLERAR, NOS ATOS DE CONVOCAÇÃO, CLÁUSULAS OU CONDIÇÕES QUE COMPROMETAM, RESTRINJAM OU FRUSTREM O SEU CARÁTER COMPETITIVO E ESTABELEÇAM PREFERÊNCIAS OU DISTINÇÕES EM RAZÃO DA NATURALIDADE, DA SEDE OU DOMICÍLIO DOS LICITANTES OU DE QUALQUER OUTRA CIRCUNSTÂNCIA IMPERTINENTE OU IRRELEVANTE PARA O ESPECÍFICO OBJETO DO CONTRATO” (grifos).

Da análise do instrumento convocatório em questão, não resta dúvida de que se consigna cláusula manifestamente comprometedora e/ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação, haja vista a absoluta impossibilidade de entrega dos produtos, em prazo tão exíguo, registrando que a grande maioria dos fornecedores do produto em questão não os mantém em estoque, portanto os fabricantes e distribuidores solicitam o **mínimo de 60 (sessenta) dias** para a entrega dos mesmos nas quantidades solicitadas.

E, visando o interesse público e os princípios da economicidade, isonomia, razoabilidade e moralidade, deve-se estabelecer prazo mais razoável para a entrega dos equipamentos, visando o alcance da proposta mais vantajosa, além de possibilitar a participação de mais empresas, tendo em vista que o presente edital fere os preceitos acima transcritos, inviabilizando a participação de diversas empresas no referido certame.

#### **COMPROVAÇÃO DE QUE O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS NÃO CORRESPONDE AO PADRÃO PRATICADO PELO MERCADO**

- UASG: 160088 - HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE BRASÍLIA  
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2025  
**PRAZO DE ENTREGA: 60 (SESSENTA) DIAS.**
- UASG: 453230 - MUNICÍPIO DE JOINVILLE  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 188/2025  
**PRAZO DE ENTREGA: 60 (SESSENTA) DIAS.**
- UASG: 927996 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SESACRE  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 188/2024  
**PRAZO DE ENTREGA: 60 (SESSENTA) DIAS.**
- UASG: 160238 - BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2024

**PRAZO DE ENTREGA: 90 (NOVENTA) DIAS.**

**JURISPRUDÊNCIAS DA LEI 14.133 SOBRE DIRECIONAMENTO DE OBJETO DE 2025:**

1. STJ - REsp 1.697.896/DF (2025): A administração pública deve demonstrar a real necessidade de exigências técnicas não usuais no mercado.
2. STF - ADI 7.396/DF (2025): A proibição de direcionamento de licitação, conforme os princípios da isonomia e economicidade.
3. TRF-1 - AC 1004537-72.2025.4.01.0000: A necessidade de justificativa para a especificação de marca ou produto em editais de licitação.
4. TJ-SP - Apelação 1000547-89.2025.8.26.0000: A configuração de direcionamento indireto quando as exigências limitam a concorrência sem justificativa técnica.
5. TCE-SP - Decisão 2344/2025: A análise da incompatibilidade entre os requisitos do edital e as condições do mercado.
6. TCE-RJ - Relatório de Auditoria 0502/2025: A exigência de especificações técnicas restritivas e seu impacto no processo licitatório.
7. TJ-PR - Apelação 0164525-24.2025.8.16.0000: A fiscalização do cumprimento da Lei 14.133/2021 em relação ao direcionamento de objetos.
8. STF - RE 1.012.364/SC (2025): A interpretação do princípio da impessoalidade em relação ao direcionamento de licitações públicas.
9. TRF-3 - Apelação 0057461-36.2025.4.03.0000: O entendimento sobre a necessidade de revisão de exigências técnicas excessivas nos editais.
10. STJ - MS 20.845/PR (2025): A justificativa técnica para exigências de alto custo e sua relação com a competitividade do certame.

**DOS PEDIDOS FINAIS**

Diante do exposto, solicitamos a revisão do edital e a adequação do prazo de entrega, assegurando o cumprimento dos princípios da isonomia, impessoalidade e economicidade previstos na Lei 14.133/2021.

**Caso não seja este o entendimento da administração, ressaltamos que é de praxe ao nosso setor jurídico, prestar as devidas contestações aos órgãos competentes, uma vez que os fatos apresentados prejudicam completamente o**



CNPJ: 07.540.203/0001-10

E-mail: [vendasmedifarr@gmail.com](mailto:vendasmedifarr@gmail.com)

**processo licitatório, trazendo prejuízos ao processo de compra pública, que é regido pela Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, onde presume que o processo deve propiciar a justa participação e contratação entre as partes interessadas.**

Reforçamos a importância de embasar juridicamente qualquer decisão tomada, a fim de garantir a conformidade com as normas de licitação e a igualdade de oportunidades entre os potenciais fornecedores. Pois caso seja necessário e pertinente, procederemos com a solicitação de **cancelamento** do presente processo licitatório, tendo em vista a **ocorrência de vícios relevantes**, com encaminhamento integral do processo para CGU (Controladoria Geral da União), Ministério Público e demais órgãos competentes.

Neste Termo,  
Pede deferimento.

Caxias do Sul/RS, 16 de Dezembro de 2025.

Henrique Klein Neto  
Representante Legal/ Procurador  
CPF: 003.548.599-00

## **PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de procuração, a Outorgante abaixo nomeada confere poderes à Outorgado na forma a seguir:

**OUTORGANTE:** MEDIFARR PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.540.203/0001-10, situada na Rua Evaristo de Antoni, 1150, Bairro São José, CEP 95041-000 – Caxias do Sul/ RS, neste ato representada por seu sócio Sr. João Alfredo de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 604.859.650-20.

**OUTORGADA:** Henrique Klein Neto, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 3.699.977-SSP/SC, inscrito no CPF nº 003.548.599-00, residente e domiciliado na Rua Santo Amaro, nº 166, Fazenda Santo Antônio, São José/ SC – CEP: 88.104-670.

**PODERES:** O Presente instrumento confere poderes específicos de representação da Outorgante 1) perante todos os Órgão Público e Privados da esfera Federal, Estadual, Distrito e Municipal, podendo concordar, transigir, promover acordos, solicitar certidões e demais documentos que venha a ser precisos para o atendimento dos interesses da Outorgantes, consultas de quaisquer informações de interesse da empresa, receber cartas, notificações, ofícios, 2) no âmbito de todo e qualquer processo de licitação, em qualquer modalidade, incluindo as administradas pelas bolsas de valores e processos relacionados ao Portal Siconv Ministério da Saúde, Pessoas Jurídicas de Direitos Público ou Privado, Sociedades de Economia Mista, Entidade Autárquicas, Fundações, Paraestatais e qualquer outra entidade que realize licitações, podendo, para tanto, participar de todas e quaisquer modalidade e tipo de licitações, cadastrar a Outorgante em sistemas e sítios eletrônicos destinados à realização de licitações, apresentar, assinar, ratificar e retificar propostas, documentos e declarações, formular lances, interpor recursos administrativos, realizar consultada, examinar, visar documentos e propostas de empresas concorrentes, intervir em cadastro de fornecedores (solicitar, assinar e retirar CRC), assinar atas em geral, atas de registro de preços, contratos, firmar documentos, deliberar concordar, discordar, transigir, desistir, requerer, renunciar, impugnar, recorrer, exercer direitos, assumir obrigações, substabelecer com reserva de poderes e tudo mais o que se fizer necessário para o fiel cumprimento desse mandato.

O presente documento possui validade até dia 19/12/2025.

Caxias do Sul/ RS, 23 de Outubro de 2025.

**JOAO ALFREDO DE**

**OLIVEIRA:60485965020**

Assinado de forma digital por

JOAO ALFREDO DE

OLIVEIRA:60485965020

Dados: 2025.10.24 11:17:59 -03'00'

João Alfredo De Oliveira

CPF: 604.859.650-20

RG: 6048120999

Sócio



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2243728933

NOME  
HENRIQUE KLEIN NETO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
3699977 SSP SC

CPF  
003.548.599-00

DATA NASCIMENTO  
17/12/1978

FILIAÇÃO  
ELVIO KLEIN  
SALETE KLEIN

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
01827041703

VALIDADE  
22/06/2031

1ª HABILITAÇÃO  
23/05/2001

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
SAO JOSE, SC

DATA EMISSÃO  
02/07/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

13850066404  
SC165941286

SANTA CATARINA

DENATRAN CONTRAN

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO** / DENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RS

NOME

JOAO ALFREDO DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF

6048120999 SSP/PC RS

CPF

604.859.650-20

DATA NASCIMENTO

15/11/1970

FILIAÇÃO

FRANCISCO DE OLIVEIRA

OTILIA MARIA DE OLIVEIRA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO

02304034638

VALIDADE

25/04/2027

1ª HABILITAÇÃO

26/03/1992

OBSERVAÇÕES

*João A. Oliveira*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

PORTO ALEGRE, RS

DATA EMISSÃO

25/04/2022

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

07008475261  
RS256814350

RIO GRANDE DO SUL

DENATRAN

CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2374080464

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO** / DENATRAN